

Crenças dos Pretendentes a Adoção sobre Adotar um Filho com Deficiência

Francieli Maria da Silva¹

Maitê Vitorino²

João Rodrigo Maciel Portes³

Resumo

Este artigo tem como objetivo investigar as crenças que os pretendentes a adoção possuem sobre a possibilidade de adotar um filho com deficiência. Participaram dessa pesquisa nove casais com idades entre 29 e 51 anos, que aguardaram aproximadamente um ano para serem chamados para a avaliação psicossocial em uma comarca do Estado de Santa Catarina. Para a coleta de dados, utilizou-se como instrumento a entrevista semiestruturada, sendo que os temas investigados foram: motivações dos casais para a prática de adoção, conhecimento acerca da deficiência, o que pensam sobre a adoção de um filho com deficiência e as características que almejam no futuro filho. Os resultados indicaram que as barreiras se sobressaem, sendo que as mais destacadas foram: dependência, tempo e condição financeira. Em relação as características, os casais participantes relataram desejar um filho semelhante a eles, tanto na aparência física, quanto na personalidade.

Palavras-chave: adoção; deficiência; família.

Suitors' Beliefs about Adopting a Disabled Child

Abstract

This article aims to investigate the beliefs that the adoption suitors have about the possibility of adopting a disabled child. Nine couples were participating on this study, they were between 29 and 51 years old. They waited approximately one year to be called for a psychosocial evaluation in the State of Santa Catarina. For the data collection, the semi-structured interview was used as an instrument, and the themes investigated were: couples' motivations for adoption practice, knowledge about the disability, what they think about the adoption of a disabled child and the characteristics that they hope for in the children's future. The results indicated that the barriers stand out, with the most outstanding being: dependence, time and financial condition. Regarding the characteristics, the participating couples reported a certain wish for a child similar to them, both physical appearance and personality.

Keywords: adoption; deficiency; family.

Introdução

¹ Acadêmica de Psicologia na Universidade do Vale do Itajaí – Univali.

² Acadêmica de Psicologia na Universidade do Vale do Itajaí – Univali

³ Doutor em Psicologia pela UFSC. Docente do curso de Psicologia na Universidade do Vale do Itajaí – Univali

Nos dias atuais, a família pode ser considerada a partir dos laços de amor e afeto, construídos no decorrer da convivência, sem contar apenas com as relações de consanguinidade, visto a possibilidade de abrir as portas para a constituição de uma família através da adoção. Esta passa a ser uma opção para casais motivados por causas biológicas, religiosas, culturais ou pessoais (Biroli, 2014; Minuchin, 1982).

A lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, dispõe sobre a adoção e seus aspectos, prevendo a garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, na qual a sua prática é regulamentada há quase 20 anos no Brasil pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (E.C.A), lei 8.069, de 13 de julho de 1990, impondo garantia para as crianças e adolescentes sobre os seus direitos (Brasil 1990; 2009).

Muitos pretendentes a adoção idealizam o filho desejado e apresentam a crença de que não são capazes de cuidar de uma criança com deficiência, reforçando essa ideia ao focar apenas nas informações que comprovem este pensamento e, sem perceber, podem desenvolver uma percepção negativa da adoção de um filho com deficiência (Kobarg & Sachetti, 2006). A lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) sancionada no ano de 2015, entende a pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Segundo os dados do Cadastro Nacional de Adoção (2017), dos 42.579 pretendes cadastrados, apenas 5.95% aceitam um filho com deficiência física e 3.2% aceitam ter um filho com deficiência intelectual. Devido a estes dados, no ano de 2014, foi acrescentado ao art. 47 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica, incluído pela Lei nº 12.955, de 2014 (Brasil, 1990; 2017). Apesar destes números serem preocupantes, há uma escassez de estudos relacionados a esta temática.

O estudo de Silva, Cavalcante e Dell'Aglio (2016) analisou os registros do Cadastro Nacional de Adoção, com o objetivo de avaliar os dados desde a criação do cadastro, em 2008, até a realização do estudo, em 2012. Foi identificado 29.303 registros, sendo que 22.898 (78%) foram referentes aos pretendentes que estavam aptos a aceitar um filho com desenvolvimentos típicos e os 6.405 restantes (22%) aceitam adotar criança ou adolescente com deficiência e/ou com doença crônica. Aqueles que aceitavam adotar crianças ou adolescentes com deficiência e/ou doença crônica correspondiam a escolaridade incompleta e renda baixa. Os autores enfatizam a necessidade de pesquisas futuras com o intuito de investigar as diferentes motivações demonstradas pelos pretendentes, bem como compreender os seus mitos e receios.

O site da Justiça do Brasil (2015) aponta que o curso ministrado para pretendes a adoção aborda temas como as expectativas e motivações para a adoção, aspectos legais, ressignificando a adoção, a criança idealizada e a criança real. A presença de pais que já vivenciaram esta prática pode auxiliar os candidatos no momento de escolha, bem como desmistificar os medos e minimizar as dúvidas, já que muitos casais não possuem conhecimento sobre a deficiência e suas potencialidades, podendo

influenciar no momento da escolha no cadastro. Porém, avaliando os dados do Cadastro Nacional de Adoção, nota-se a necessidade de aprofundamento em temas referentes à deficiência e práticas parentais. Gondim, Fernandes, Brito, Oliveira e Nakano (2008) reforçam a necessidade de preparar os candidatos de maneira que se tornem flexíveis e reavaliem suas exigências referente às características do filho desejado. Os autores acreditam que o acompanhamento psicológico durante o processo pode auxiliar os pretendentes a reavaliar a idealização do filho que esperam e a criança real.

Ressalta-se a importância de estudos sobre famílias adotivas e deficiência, pois este é um contexto para compreender a dinâmica das interações que ocorrem nesse microssistema, no qual Brofenbrenner (2011) aponta que é neste contexto onde as interações de processos proximais em uma relação de interdependência se influenciam mutuamente, onde o microssistema é influenciado também por crenças, valores e políticas públicas que estão em um âmbito mais amplo que é conhecido como macrossistema.

Por fim, o principal objetivo desta pesquisa é investigar as crenças que os pretendentes a adoção possuem sobre adotar um filho com deficiência, e tem por objetivos específicos descrever as características sociodemográficas dos pretendentes à adoção, levantar as expectativas sobre a adoção, identificar as perspectivas dos pretendentes a respeito da deficiência e identificar as barreiras e os motivos facilitadores dos pretendentes frente à adoção de um filho com deficiência.

Metodologia

O delineamento desta pesquisa, é de natureza exploratória e descritiva, com uma abordagem qualitativa. Esta pesquisa contou com a participação de nove casais, que deram entrada no processo de adoção em uma Comarca no estado de Santa Catarina e aguardaram aproximadamente um ano para serem chamados para a avaliação psicossocial no Fórum.

Os casais participantes foram aqueles que sinalizaram no cadastro de adoção que não queriam adotar um filho com deficiência no momento da entrada no processo. Como critério de exclusão, não participaram da pesquisa os casais que pretendiam adotar um filho com deficiência. A escolha de casais ocorreu devido ao dado de que o número de solteiros que querem adotar uma criança ou adolescente com deficiência nessa comarca é maior do que o de casais, desse modo, percebe-se que mesmo quando o sujeito queira adotar um filho com deficiência, precisa dividir esta escolha com um outro, fato que poderia resultar na desistência da adoção de crianças com esse perfil.

Para a coleta de dados, utilizou-se como instrumento a entrevista semiestruturada elaborado pelos autores, e buscou investigar os seguintes temas: as motivações dos casais para a prática de adoção, conhecimento acerca da deficiência, o que pensam sobre a adoção de crianças e adolescentes com deficiência e as características que procuram no futuro filho. Outro instrumento utilizado foi a adaptação do questionário de investigação de famílias por adoção de Weber (2009) com questões referentes às características sociodemográficas, como a escolaridade do casal, histórico de adoção na família, renda e composição familiar.

Para iniciar a coleta de dados, os pesquisadores entraram em contato com a psicóloga do fórum de uma comarca do estado de Santa Catarina para apresentar a proposta de pesquisa e, em seguida,

solicitar a assinatura do termo de anuência ao juiz da Vara da Infância e Adolescência. Após o consentimento, o projeto foi submetido à avaliação do Comitê de Ética com Seres Humanos da universidade. A partir da aprovação do projeto pelo Comitê de Ética, que teve o parecer 2.742.143 no dia 28 de junho de 2018, as pesquisadoras aguardaram a psicóloga entrar em contato com os casais cadastrados no processo de adoção para a realização da avaliação psicossocial. Após esse momento, as pesquisadoras seguiam a ordem dos casais avaliados pela psicóloga do fórum e realizavam o convite para participar da pesquisa. Cabe salientar que as pesquisadoras entraram em contato com 17 casais, no qual, apenas nove aceitaram o convite para participar e os demais recusaram por motivos relacionados a falta de interesse, doença durante o período de coleta de dados ou não responderam as pesquisadoras quando foi retomado o contato. Os pesquisadores concluíram a coleta considerando a saturação de dados. Nesse sentido notou-se a repetição de alguns elementos e começou-se a perceber uma certa homogeneidade dos conteúdos referidos pelos participantes, por isso, optou-se em cessar a coleta de dados. Segundo Minayo (2017) a saturação dos dados em pesquisa qualitativa é o momento que se deve interromper a captação de informações que já não seriam mais pertinentes a discussão da pesquisa, assim, o pesquisador é capaz de delinear o momento em que captar novos dados não irá alterar a compreensão do fenômeno investigado, uma vez que os dados passam a se repetir, podendo finalizar a etapa de coleta de dados (Minayo, 2017).

Na coleta de dados, inicialmente os pesquisadores apresentavam os objetivos do estudo e solicitavam a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após esse momento, foi aplicado com o casal o roteiro de entrevista e por fim o questionário adaptado de investigação de famílias por adoção de Weber (2009). Todos os instrumentos foram aplicados com os dois membros do casal em conjunto. A coleta de dados teve duração de aproximadamente 40 minutos e foi realizada no local de preferência dos participantes. Algumas entrevistas foram realizadas em uma sala reservada no fórum, mas a maioria aconteceu na residência do casal.

Para a análise de dados desta pesquisa, foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin (2011). Esse tipo de análise é uma técnica utilizada em pesquisas qualitativas, que se refere a uma técnica metodológica, e pode ser aplicada em diversos contextos e em todas as formas de comunicação, a fim de compreender características, estruturas ou modelos que estão por trás do que foi exposto. Nesta perspectiva, há três fases, sendo a primeira chamada de pré-análise, designada como organização ou esquematização bem definidas do que será necessário no trabalho. A segunda fase, chamada de exploração do material, é a fase de escolha dos materiais, na qual, adota-se a codificação, classificação e categorização dos dados. Posteriormente, a terceira e última fase, denominada tratamento dos resultados – interferências e interpretação, se pauta na validade e significado dos resultados por parte do pesquisador (Bardin, 2011). Para esta última etapa, as pesquisadoras analisaram separadamente a categorização das entrevistas. Inicialmente, o índice de concordância (IC) foi de 56%, então os pesquisadores realizaram uma nova análise para buscar a equivalência dos resultados para a garantia da fidedignidade das categorias, que teve resultado superior a 70%.

Também foi utilizada a análise de nuvem de palavras, realizada através do site <https://www.wordclouds.com/>, visto que seu objetivo é representar e organizar graficamente os

elementos temáticos mais frequentes que foram encontrados nas falas dos entrevistados (Camargo & Justo, 2013).

Resultados e discussões

A entrevista foi realizada com nove casais, que estão com idades entre 29 e 51 anos, totalizando 18 pessoas. Em relação a religião destes participantes, houve um predomínio da religião católica (o pai do casal C3, os casais C4, C5, C6 e C8). Em um estudo realizado por Fonsêca, Palitot, Machado, Santos e Souza (2018), constatou-se que os casais que estavam na fila da adoção possuem idade entre 33 e 78 anos, se assemelhando com os dados obtidos nesta pesquisa. Porém, em uma pesquisa realizada por Dias, Silva e Fonseca (2008), a religião predominante entre os casais na fila de adoção é a espírita, contradizendo os dados obtidos nesta pesquisa.

Os casais participantes possuem escolaridade desde o ensino fundamental completo, sendo três participantes, até o ensino superior completo, com cinco participantes. Dois respondentes possuem pós-graduação. As profissões variaram entre atividades de níveis médio, superior e técnico. A carga horária relatada varia entre 20 horas semanais, sendo a mãe do casal C6, e 40 horas semanais, que corresponde a dez participantes, e a mãe do casal C9 se encontra desempregada. A renda familiar mensal dos respondentes foi variada entre o casal C5 com três salários, o casal C9 com quatro salários mínimo, e os demais casais apresentaram renda mensal superior a oito salários mínimos. Para esta análise, utilizou-se como referência o salário mínimo vigente no Brasil, que está no valor de R\$ 954,00. Notou-se que entre os casais participantes, o maior provento é oriundo do trabalho da mulher. Os dados desta pesquisa se aproximam dos resultados encontrados pela autora Rangel (2007), que pesquisou as motivações de casais para adoção no estado do Rio Grande do Norte, e como resultado, a escolaridade dos participantes estão entre ensino fundamental completo e ensino superior completo. Também há semelhança a respeito da renda mensal dos participantes, que está entre três e vinte salários mínimos.

Apenas o casal C4 possui filhos biológicos e os pais dos casais C1 e C2 possuem filhos biológicos de outro casamento. O casal C3 tem um filho adotivo, e quatro dos casais entrevistados possuem histórico de adoção na família, variando entre um e oito casos de familiares que são adotados. Dos nove casais participantes, apenas os casais C1, C6 e C7 residem sem outros membros familiares, enquanto os demais residem com filhos adotivos e filhos biológicos. Os dados obtidos nesta pesquisa se diferenciam dos dados encontrados na literatura, quando apontam que a maioria das famílias são motivadas a adoção pela infertilidade, desse modo, não possuem filhos e também não apresentam dados em relação a filhos de outro casamento (Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015).

Verificou-se que entre os entrevistados, os casais C3, C4, C6 e C8 possuem contato direto com pessoas com deficiência, que se refere a convivência familiar. Os demais casais relataram ter contato indireto, como por exemplo, no ambiente de trabalho e com vizinhos.

Buscou-se analisar a adoção de crianças com deficiência a partir das referências existentes sobre o assunto e através da perspectiva dos casais participantes da pesquisa. Deste modo, os resultados foram estruturados em duas grandes categorias a posteriori: adoção e adoção e deficiência. Destas

duas categorias emergem subcategorias, sendo que a primeira categoria chamada adoção tem como subcategorias: motivos e características do filho; e a segunda categoria chamada adoção de um filho com deficiência possui as subcategorias: facilitadores, barreiras e a representação sobre quem adota. Para representação gráfica dos elementos temáticos mais frequentes, utilizou-se o recurso da nuvem de palavras.

Categoria 01: adoção

A presente categoria é voltada a adoção geral, e abrange duas subcategorias: Motivos que levaram os casais a adotar e características que almejam no futuro filho. A adoção é considerada uma das maneiras de constituir uma família, que pode ser definido como outro modo de criar um relacionamento parental envolvendo aspectos jurídicos, sociais e afetivos, que são as questões diferenciais da filiação biológica (Gondim et al., 2008).

Motivos

Esta subcategoria está relacionada aos motivos pelos quais os casais optaram por entrar no processo de adoção, que destacaram aspectos como: problemas na gestação, constituição familiar, infertilidade materna e idade avançada dos pais. Na Figura 1 através da representação gráfica da nuvem da palavras pode-se notar os elementos temáticos mais frequentes oriundos da análise de conteúdo.

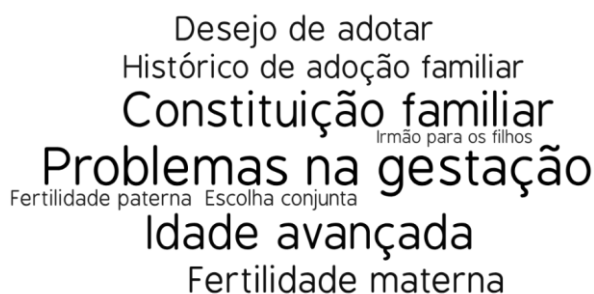


Figura 1: Nuvem de Palavras dos Motivos que levaram os casais a adoção (xxx, xxx, xxx, 2019)

Os dados obtidos na entrevista se assemelham com os dados encontrados pela literatura, visto que apresentam que a adoção é uma das maneiras de constituir uma família, sendo uma opção para casais motivados por diferentes causas (Gondim et al., 2008). Neste sentido, o casal C3 menciona que:

Quando a gente já tava casado há uns 10 anos a gente tentou ter filhos biológicos primeiro, e depois sempre pensando em adotar também, né. E aí como isso não aconteceu, os filhos biológicos não vieram, por fatores médicos, digamos assim né, por fatores clínicos. Nós nem pensamos em inseminação, nada dessas coisas, a gente partiu já pra adoção e agora a l. pede muito um irmãozinho, a gente quer bastante, por isso vamos tentar de novo[...] [sic].

Constatou-se que os motivos relatados pelos casais que estão na fila de adoção vão ao encontro ao estudo de Barros (2014), que destaca como motivos a vontade de satisfazer o desejo de ser pai ou mãe, proporcionar companhia a um único filho e escolher o sexo do seu próximo filho. É apontado também que o maior motivo para a adoção está pautado na incapacidade de ter filhos biológicos, ou seja, a infertilidade de um dos pais (Mozzi, 2015). A ideia de motivação trazida pelo autor se aproxima

da ideia de constituição familiar, resultado encontrado nesta pesquisa. A partir disso, o casal C9 ressalta que:

Sempre foi um desejo meu, sempre, sempre. Eu tenho um irmão adotivo e eu sempre pensei em adotar, sempre, desde sempre. Ter filhos né, de barriga e de coração [sic].

Observa-se que as experiências pessoais vivenciadas pelos casais repercutem nos motivos que levaram estes a adoção, desse modo, envolve uma interrelação simbólica de valores, crenças, interações pessoais e aspectos individuais que estão em constante desenvolvimento influenciando e sendo influenciados por quem perpassa a este meio.

Subcategoria: características do filho

Nesta subcategoria estão presentes as características que os pretendentes a adoção almejam no futuro filho. Quando o casal pretendente a adoção entra com o processo, este precisa identificar quais características aceitam no filho, que são sinalizadas no documento emitido pela comarca com aspectos referentes a cor, idade, doenças tratáveis, deficiência física, intelectual, entre outras questões.

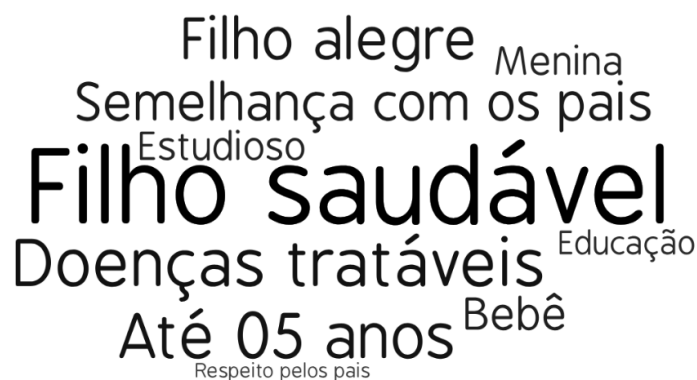


Figura 2: Nuvem de palavras das características do futuro filho desejadas pelos casais (xxx, xxx, xxx, 2018)

Na Figura 2, pode-se perceber que os casais participantes trouxeram como principais características desejadas: um filho saudável, alegre, que goste de estudar, brincar e tenha respeito pelos pais. Segundo o casal C8:

Foi difícil pra gente, porque assim, quando a gente engravida a gente não escolhe como que vem a criança, se ela vem com deficiência ou não, se ela vem parecida com o pai ou com a mãe né. Quando a gente teve que preencher os documentos pra esse processo que é uma maneira artificial de escolher um filho, vamos dizer assim né, foi difícil pra gente [sic].

A partir destes dados, constata-se que as características citadas vão ao encontro com o que a literatura apresenta, quando identifica que os candidatos a adoção possuem uma idealização sobre o futuro filho, na qual pensam em um filho perfeito, sem problemas de saúde e que sejam semelhantes aos seus pais, bem como, que seu comportamento possa ser facilmente elaborado pelos pais adotantes (Costa & Campos 2003). A preferência dos casais em relação a idade é referente a bebês e crianças com idades de 2 a 6 anos, uma vez que estas são consideradas como mais abertas a receber amor e tendem a se adaptar mais rápido a nova família (Veloso, Zamora & Rocha-Coutinho, 2016).

O cadastro nacional da adoção (2017) aponta que 67% dos casais adotantes que estão na fila de espera para a adoção colocam como condição a preferência por uma criança branca, 19% aceitam uma criança morena clara, enquanto apenas 7% não tem preferência pela cor de pele da criança (Bicca & Grzybowski, 2014). Neste sentido, o casal C7 aponta que:

Pai: E a questão física a gente colocou: branco, pardo. Mãe: Índio. Pai: Indígena. Mãe: Oriental. Pai: Ai... Mãe: Menos negro [sic].

O casal ressalta que não são motivados pelo preconceito, mas pelo desejo de que o filho adotivo seja parecido com os pais. Assim, a literatura aponta como a expressão de uma imitação da família biológica, na qual características genéticas são transmitidas aos filhos (Cecílio & Scorsolini-Comin, 2018). Este desejo tem o objetivo fazer com que os pais se identifiquem com o filho, e o filho com os pais, para que seja reproduzido socialmente a semelhança, ocupada em um mundo social imaginário centrado na reprodução (Abreu, 2002).

O destaque para essas características vai ao encontro do conceito de identidade vertical, visto que se refere as expectativas que os pais possuem sobre seu futuro filho apresentarem características semelhantes as suas (Solomon, 2012). Verifica-se que os desejos e fantasias que são apontados pelos casais os distanciam da possibilidade de adotar um filho com deficiência e aceitar o que Solomon (2012) defende como identidade horizontal, ou seja, características que não são transmitidas pela família, mas que são construídas a partir de outras experiências sociais.

No modelo bioecológico de Bronfenbrenner, as características individuais estão atreladas ao componente pessoa no modelo PPCT (processo, pessoa, contexto e tempo). Sendo assim, observa-se que as características almejadas pelos candidatos à adoção ao seu futuro filho exercem influência no seu processo de escolha e conseqüentemente podem produzir efeitos na vinculação com essa criança. O componente pessoa abrange atributos do próprio indivíduo, mais especificamente, características determinadas biologicamente e características oriundas da interação com o ambiente. Neste núcleo, as características da pessoa são tanto o produtor como o produto do desenvolvimento (Bronfenbrenner, 2011).

Categoria: adoção de um filho com deficiência

Esta categoria é voltada para a adoção de um filho com deficiência e possui três subcategorias: facilitadores, barreiras e a representação sobre quem adota. A prática de adoção de crianças e adolescentes com deficiência física ou intelectual tem sido pouco estudada, as pesquisas recentes procuram investigar os aspectos motivacionais dos candidatos a adoção e as preparações dos pretendentes para que a integração do filho ocorra de maneira efetiva (Silva et al., 2016). Pensando em crianças e adolescentes com deficiência, foi acrescentado a lei nº 12.955 a prioridade para os processos de adoção quando o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica (Brasil, 2014).

A partir de uma pesquisa realizada por Mozzi e Nuernberg (2016), notou-se que os pretendentes à adoção que sinalizam aceitar uma criança ou adolescente com deficiência, são centrados nos filhos, tem desejo de lutar pelos direitos da pessoa com deficiência, bem como auxiliam o filho a se desenvolver e progredir. Apontam também os aspectos positivos de adotar uma criança ou adolescente

com deficiência, ressaltando a importância da maneira como os pais lidam com isso. Segundo os autores, a deficiência é apenas um diagnóstico, o que faz a diferença é o incentivo dos pais frente ao desenvolvimento do filho, bem como, a qualidade e o valor que atribuem a deficiência.

Subcategoria: facilitadores

Esta subcategoria é relacionada aos motivos que facilitam a decisão de adotar um filho com deficiência. Os casais entrevistados trouxeram que o apoio psicológico pode facilitar no momento desta decisão, bem como as informações sobre deficiência durante o curso de adoção. Outros aspectos trazidos foram que as crianças com deficiência são amáveis e carinhosas. Através da análise de nuvem de palavras, os elementos temáticos mais evidentes foram:

Informações no curso de adoção
Criança amável
Criança carinhosa
Criança especial

Figura 3: Nuvem de palavras da percepção dos casais sobre motivos facilitadores (xxx, xxx, xxx, 2018)

O casal C3 relata que: *A gente teve contato com um casal que teve uma menina com down. Eu acho eles tão fofos, lindos, aconchegantes, aquelas crianças deliciosas mesmo né, carinhosas [sic].*

A literatura aponta que o lado positivo da adoção de um filho com deficiência depende da forma como os pais a enfrentam, visto que após o momento de adaptação e conflito, a nova dinâmica familiar se intensifica, fortalecendo seus laços, bem como, criando um ambiente mais favorável para o desenvolvimento da criança ou adolescente. Os pais que adotam um filho com deficiência, apesar do medo que enfrentam, tem capacidade de passar por este momento ao nível de se tornar uma vivência enriquecedora (Fonsêca et al., 2018). O casal C1 ressalta que: *O amor compensa tudo, porque é uma troca de amor muito grande ali, tanto o carinho da criança com os pais, quanto da criança [sic].*

Estas falas apontam para uma percepção acerca da visão dos pais. Apesar de terem consciência a respeito do amor que está envolvido neste tipo de adoção, tanto a partir dos pais quanto do filho, os mesmos optaram por não adotar um filho com deficiência.

A parentalidade adotiva é construída através da vivência com o filho, assim como o reconhecimento social da paternidade e maternidade, e a participação da criança no momento de construção de laços emocionais. Os cuidados de uma criança com deficiência, visto que são mais requeridos, contribuem para que ocorra o vínculo de parentalidade de forma mais intensa, rápida e definitiva (Mozzi & Nuernberg, 2016).

Subcategoria: barreiras

A presente subcategoria abrange questões que levaram os pretendentes a não adotar um filho com deficiência. A análise da nuvem de palavras demonstra que os elementos temáticos que mais apareceram foram:



Figura 4: Nuvem de palavras da percepção dos casais sobre barreiras para adoção de crianças com deficiência (xxx, xxx, xxx, 2018)

Os entrevistados relataram que os principais aspectos que contribuíram na tomada dessa decisão estão relacionados a falta de tempo, a dependência que a criança irá demandar, condição financeira, despreparo, medo, insegurança e preconceito, tanto do casal, quanto externo. Notou-se que essa categoria teve o maior número de elementos temáticos e menções, ou seja, os casais identificam mais barreiras do que facilidades. Entre os relatos trazidos pelos participantes, destaca-se que trouxeram o tempo como barreira, porém, a partir dos dados sociodemográficos, nota-se que os mesmos possuem carga horária reduzida ou tem a possibilidade de trabalhar em casa com a chegada do futuro filho. Outro fator abordado pelos participantes com frequência, foi relacionado a dependência. Estes caracterizaram dependência como a falta de saúde, uma criança que não consegue ir à escola, trabalhar e ter uma vida normal. A partir do exposto, o casal C3 relata que:

Ah, a dependência? Deixa eu tentar deixar bem esclarecido... É uma criança que não vai ser tão livre quanto uma criança assim que trabalha, vai pra escola, caminha sozinho... Sempre vai depender da gente pra alguma coisa e tipo, no mundo de hoje que a gente trabalha, onde tudo é mais corrido acho que seria um pouco mais difícil [sic].

A pesquisa realizada por Mozzi e Nuernberg (2016), com pais e mães que adotaram um filho com deficiência, vai ao encontro das falas trazidas pelos casais quando ressalta que a condição financeira é uma barreira quando relacionada a adoção de uma criança ou adolescente com deficiência, visto há necessidade maior de gastos referentes a saúde. Os participantes desta mesma pesquisa também relataram a respeito da necessidade de apoio da rede social e profissional ao decorrer do processo de adoção de um filho com deficiência. O casal C4 traz que:

Como esse filho do coração, eu quero procurar dar pra ele, mas eu não sei a deficiência dele, que ele pode vir. Ele pode vir com uma doença que não tem controle, ele pode vir com uma deficiência que eu não possa ajudar... Financeiramente, pelo tempo... Isso aí, pra mim vai doer como pai. Porque esses filhos a gente pega um amor tão grande quanto o outro, entende? Então

pra mim não é do meu gosto pegar uma com deficiência, porque né, vai dar medo... Será que eu vou dar conta? Que deficiência que é? [sic].

Os casais ressaltam o medo ao pensar em adotar uma criança com deficiência. Este medo é referente ao amor que irão sentir, cuidado que a criança irá demandar, em deixar uma carga para os familiares, caso eles faltem, e baseado na convivência que já possuem com outras pessoas com deficiência. Segundo os autores Oliveira e Poletto (2015), o medo dos futuros pais de um filho com deficiência refere-se ao preparo de enfrentamento, bem como, a capacidade de encontro de soluções. Diante disso, o casal C8 destaca que:

O sentimento que me dá é... Vazio, não sei. É como se fosse um: ai, eu acho melhor não pensar, sabe? Me esconder atrás de... Pra ser bem sincera com vocês, é difícil, tá? A gente se esconde atrás dessas coisas bonitas, mas é um vazio o que eu sinto. De assim, não sei, não sei o que eu sinto, não sei o que eu penso...[sic].

No decorrer da pesquisa, destaca-se que as crenças dos casais na fila da adoção se pautam na visão da deficiência pelo modelo médico, que define a deficiência pela lesão e limitação na estrutura corporal e passa a ser vista como limitação e incapacidade. Essas ideias estão presentes algumas falas casais entrevistados, visto que possuem a crença de que um filho com deficiência não terá as mesmas oportunidades e capacidades do que um filho considerado normal, o que torna, em sua visão, a deficiência como uma eterna dependência (Diniz, 2014).

Nos discursos dos casais são estabelecidas relações entre deficiência e lesão orgânica com a imagem de que, por um filho possuir problemas de saúde, irão demandar tempo, maiores cuidados e recursos financeiros, estabelecendo uma resistência sobre as variações corporais, sem ter conhecimento a respeito das condições de cada deficiência. Para Mozzi (2015), é importante reconhecer que a adoção de um filho pode demandar maiores investimentos, porém, cada condição possui sua singularidade e diferentes experiências a serem vivenciadas.

Nota-se que as preocupações dos casais com a adoção dessas crianças vão além das características relacionadas a deficiência em si, mas estão associadas a interferência dessa adoção em outros subsistemas, como o ambiente de trabalho e os aspectos financeiros, bem como, os cuidados de saúde que essa população necessita. Bronfenbrenner (2011) considera que as interconexões entre os subsistemas assumem uma maior importância no processo de desenvolvimento do que os próprios eventos ocorridos em cada subsistema.

Subcategoria: representação sobre quem adota

Esta subcategoria é voltada aos pensamentos dos pretendentes a adoção entrevistados sobre quem adota um filho com deficiência. A partir da análise de palavras constatou-se que os elementos temáticos mais evidentes foram:

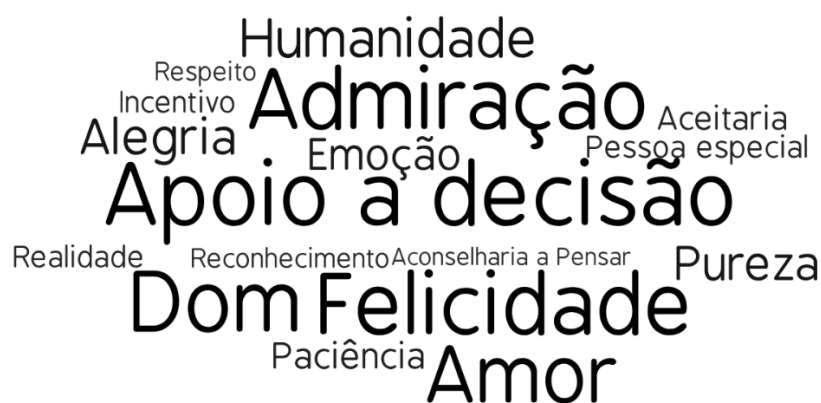


Figura 5: Nuvem de palavras das representações sobre quem adota crianças com deficiência (xxx, xxx, xxx, 2018).

Entre as falas dos casais, os elementos que se evidenciaram foram: apoio a decisão, felicidade, admiração, dom, amor, emoção, pureza e alegria. É neste sentido que o casal C1 destaca que:

É orgulho em saber que a pessoa tá bem acima de mim, bem mais, tá com a mente mais aberta, tá com um crescimento, tem um aprendizado bem maior, provavelmente a pessoa tem mais tempo, pode dar um tratamento bem melhor, mas que daí já não é o nosso caso [sic].

Esta fala vai de encontro com o estudo de Ferreira e Sá (2015), que apontam que para a adoção de um filho com deficiência, há necessidade de observar as condições emocionais, culturais e sociais para o desenvolvimento deste filho, daí a ideia da adoção de um filho com deficiência estar atrelada aos sentimentos de troca de amor, superação, evolução da criança e crescimento próprio. Neste sentido, o casal C2 diz:

Ai eu acho que seria até um sentimento de felicidade pela criança e por eles né? Se uma pessoa se dispõe a isso, eu acredito que ela tenha o dom e vai ter a atenção necessária, acho que a criança vai ser feliz, então né? Um sentimento de felicidade. Tanto pela criança quanto pelo casal [sic].

A partir da fala do casal, nota-se a crença de que quem adota um filho com deficiência precisa ter um dom, porém, os pais não nascem preparados para lidar com a deficiência, eles aprendem a partir da convivência com o filho. A ideia dos casais vai de encontro com a pesquisa realizada por Fonseca, Santos e Dias (2009) investigaram casais que adotaram um filho com deficiência e obteve como resultado que a positividade desta adoção depende da maneira com o que os pais visualizam e enfrentam a deficiência da criança. Apesar dos medos encontrados nestes pais, eles possuem capacidade de enfrentar os obstáculos que a situação pode acarretar.

Cada membro de um casal vem de uma família de origem e teve suas experiências no seu microsistema, que leva consigo na formação de uma nova família. Ao carregar essas influências, as experiências para a composição da nova família, faz com que a partir da interação com o novo membro, ambos criem expectativa de como será a relação parental, tanto como será o filho, como a qualidade desse relacionamento. Com base no modelo teórico de Bronfenbrenner (2011), observa-se a interferência do macrosistema, relacionado as crenças e representações que a sociedade tem sobre a deficiência, que interferem de modo indireto em como esses membros do casal irão constituir sua família no microsistema. Outro sistema que se relaciona com os resultados da presente pesquisa é o

exossistema, quando se refere as características de emprego, o tempo de trabalho também influenciam nas crenças que eles possuem para adotar uma criança. No contexto do mesossistema, observa-se a interação desse sistema familiar com o fórum e que pode influenciar nas crenças que eles possuem sobre a adoção, visto que participam de curso para pais. E finalmente, no microsistema, os próprios membros do casal através dos processos proximais influenciam-se mutuamente no processo de escolha pela adoção.

Conclusão

A presente pesquisa teve como objetivo investigar as crenças que os pretendentes a adoção possuem sobre a possibilidade de adotar um filho com deficiência. A partir da análise de dados, notou-se uma diferença considerável entre os motivos facilitadores, que foram escassos, e as barreiras, que apareceram em maior quantidade, sendo que se ressaltaram a dependência, tempo e condição financeira.

A partir das entrevistas com os casais participantes, foi possível notar a falta de conhecimento dos mesmos a respeito da deficiência de modo geral, suas características e potencialidades. Apesar do avanço no âmbito jurídico para dar mais agilidade no processo de adoção de crianças com deficiência, nota-se que a maioria dos casais dessa comarca preferem aguardar mais tempo na fila de espera por uma criança que se aproxime das suas características.

Ressalta-se a importância do curso de adoção e grupo de apoio, pois estes são capazes de desmitificar medos e crenças que giram em torno da deficiência, no entanto, os casais relatam ter poucas informações sobre essa temática e a necessidade de mais tempo de curso. Visto que a partir da presente pesquisa foi possível identificar as barreiras que os pretendentes possuem, torna-se possível dar subsídio para reorganizar o curso de adoção, com o objetivo de desmitificar essas crenças e aumentar o número de pretendentes que aceitam um filho com deficiência.

É relevante destacar a respeito da importância da ética dos profissionais que estão envolvidos no processo de adoção. O fórum pode ser considerado um microsistema, e pode exercer certa influência, principalmente no que tange o papel do psicólogo neste contexto, nota-se que o mesmo pode influenciar de diferentes formas nas crenças dos casais, conforme a postura que ele adota durante o processo, visto a importância que este profissional representa para os candidatos. Ressalta-se a importância do trabalho do psicólogo em conjunto com os profissionais de direito, já que podem agir de forma que dê subsídio ao trabalho do outro.

As dificuldades encontradas no decorrer desta pesquisa se relacionaram a aceitação por parte dos pretendentes em participar da mesma. Por fim, ressalta-se a importância de mais estudos acerca de deficiência e adoção, visto que o respectivo tema é pouco abordado, e pode contribuir de forma positiva no momento da decisão dos casais adotantes. Sugere-se novas pesquisas com temas relacionados as motivações dos casais que querem adotar um filho com deficiência e estudos com outros delineamentos metodológicos, como um grupo focal com os pretendentes para levantar os seus motivos ou até mesmo estudos com delineamento explicativo que consigam retratar os fatores que

interferem na escolha dos casais sobre a adoção de crianças com deficiência de forma mais generalizada.

Referências

- Abreu, D. (2002). Do "interesse do casal" ao "interesse da criança". In D, Abreu. *No bico cegonha: Histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil*. (2 ed., pp.19-34). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Barros, R. (2014). A adoção tardia: Procurando desvendar certezas e incertezas. In R, Barros. *Adoção e família: A preferência pela faixa etária, certezas e incertezas* (1ª ed., pp. p. 118-128). Curitiba: Juruá Editora.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Editora Almedina.
- Bicca, A., & Grzybowski, L. (2014). Adoção tardia: Percepções dos adotantes em relação aos períodos iniciais de adaptação. *Contextos Clínicos*, 7(2), 155-167.
- Biroli, F. (2014). A família moderna. In F. Biroli. *Família: Novos conceitos* (1ª ed., pp. 7-23). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 13 de Jul. de 1990.
- Brasil. (1990). *Lei nº 12.955, de 5 de fevereiro de 2014*. Acrescenta § 9o ao art. 47 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 13 de jul. de 1990.
- Brasil. (2002). *Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 10 de jan. de 1990.
- Brasil. (2007). *Cadastro Nacional de Adoção*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistemas/infancia-e-juventude/20530-cadastro-nacional-de-adocao-cna>>. Acesso em 28 fev. 2019.
- Brasil. (2014) *Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009*. Dispõe sobre adoção. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 03 de ago. de 2009.
- Brasil. (2015). *Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, jul. De 2015.
- Brasil (2017). *Cadastro Nacional de Adoção*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistemas/infancia-e-juventude/20530-cadastro-nacional-de-adocao-cna>>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- Bronfenbrenner, U. Sistemas de interação no desenvolvimento humano (2011). In: Bronfenbrenner, U. *Bioecologia do Desenvolvimento Humano: Tornando Os Seres Humanos Mais Humanos*. (2ed., pp. 100-140). Porto Alegre: Grupo Artmed.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518.

- Cecílio, M. S., & Scorsolini-Comin, F. (2018). Avaliação de candidatos pretendentes no processo de habilitação para adoção: Revisão da literatura. *Psico-USF*, 23(3), 497-511.
- Costa, L. F., & Campos, N. M. V. (2003). A avaliação psicossocial no contexto da adoção: Vivências das famílias adotantes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(3), 221-230.
- Dias, C. M. S. B., Silva, R. V. B., & Fonseca, C. M. S. M. S. (2008). A adoção de crianças maiores na perspectiva dos pais adotivos. *Contextos Clínicos*, 1(1), 28-35.
- Diniz, D. (2014). Modelo social da deficiência. In Diniz, D. *O que é deficiência* (2ª ed. pp. 13-30). Brasília: Editora Brasiliense.
- Ferreira, S. S. & Sá, S. M. P. (2015). Filhos do coração adoção de crianças com deficiência. *Revista Pesquisa em Fisioterapia, [s.l.]*, 5(3), 272-285.
- Fonseca, C. M. S. M. S., Santos, C. M. & Dias, C. M. S., (2009). A adoção de crianças com necessidades especiais na perspectiva dos pais adotivos. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 19(44), 303-311.
- Fonsêca, P. N., Palitot, R. M., Machado, M. O. S., Santos, J. L. F. & Souza Filho, J. F. (2018). Percepção parental acerca do filho adotado: Uma análise psicoeducacional. *Pensando Famílias*, 22(1), 131-145.
- Gondim, A. K., Crispim, C. S.; Fernandes, F. H. T., Rosendo, J. C., Brito, T. M. C., Oliveira, U. B. & Nakano, T. C. (2008). *Boletim de Psicologia, São Paulo*, 58(129), 161-170.
- Kobarg, A. P. R., Sachetti, A. R., & Vieira, M. L. (2006). Valores e crenças parentais: Reflexões teóricas. *Journal of Human Growth and Development*, 16(2), 96-102.
- Machado, R. N., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2015). Parentalidade adotiva: Contextualizando a escolha. *Psico*, 46(4), 442-451.
- Maux, A. A. B., & Dutra, E. (2010). A adoção no Brasil: Algumas reflexões. *Estudo Pesquisa e Psicologia. Rio de Janeiro*, 10(2), 356-372.
- Minayo, M. C. S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: Consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa. Rio de Janeiro*, 5(12), 1-12.
- Minuchin, S. (1982). Uma família em formação: A família Wagner e Salvador Minuchin. In Minuchin, S. *Famílias: Funcionamento e tratamento* (1ª ed., pp. 25-51). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mozzi, G. D. (2015). *A adoção de crianças e jovens com deficiência: Um estudo com famílias adotantes*. Dissertação de mestrado não publicada. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Mozzi, G., & Nuernberg, A. H. (2016). Adoption of children with disabilities: A study with adoptive parents. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 26(63), 101-109.
- Oliveira, I. G., & Poletto, M. (2015). Vivências emocionais de mães e pais de filhos com deficiência. *Revista da SPAGESP*, 16(2), 102-119.
- Rangel, B. T. (2007). *Motivações para adoção: Uma perspectiva da psicologia evolucionista*. Dissertação de mestrado não publicada. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- Solomon, A. (2012). *Longe da árvore* (1ª ed., pp 11-27), Lisboa: Companhia das Letras.

- Silva, F. H. O. B., Cavalcante, L. L. C., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Pretendentes à adoção de crianças no Brasil: Um estudo documental. *Revista da SPAGESP*, 17(2), 67-80.
- Weber, L. & Dessen, M. (2009). Questionários: Questionário de investigação de famílias por adoção. In L. Weber. *Pesquisando a família: Instrumentos para a pesquisa e coleta de dados* (2ª ed. pp.132-144.). Curitiba: Juruá Editora.
- Veloso, L. F., Zamora, M. H. R. N & Rocha-Coutinho, M. L. (2016). Crianças e adolescentes adotivos: Como são vistos pela escola?. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 68(2), 5-20.

Endereço para correspondência

fran__silva_@hotmail.com
maitevitorino2@gmail.com
joaorodrigo@univali.br

Enviado em 15/04/2019
1ª revisão em 04/06/2019
2ª revisão em 24/08/2019
Aceito em 25/10/2019